

# ECLESIOLOGIA ECUMÊNICA

*Paulo Sérgio Lopes Gonçalves*

## 1. INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo desenvolver a teoria sobre a Igreja em perspectiva ecumênica. Parte-se da constatação acerca da necessidade da promoção da unidade dos cristãos em função das rupturas e frações de grupos, efetuadas ao longo da história da Igreja e da complexa realidade da Igreja de Cristo, que não se esgota em alguma formulação histórica. Os diferentes tratados eclesiológicos existentes estão marcados pelas controvérsias e rupturas no interior da comunidade cristã universal e também pelos esforços de unidade por parte de vários profetas que emergiram na história, inspirados pelo Espírito Santo. Intui-se a relevância de recuperar teologicamente a articulação das dimensões histórica e escatológica no interior da Igreja. A eclesiologia ecumênica formula o sonho da *oikoumene* eclesial e social como realidade denotante da irrupção do Reino de Deus na história.

Desenvolver a perspectiva ecumênica na eclesiologia é conceber e teologia sobre a Igreja em seu caráter sistemático, metódico, científico e rigoroso, enquanto reflexão sobre o encontro entre as diversas confissões cristãs e sobre as atividades conjuntas efetuadas pelos cristãos em vista da construção de um mundo melhor. Articula-se a tradição teológica com o lugar teológico para redescobrir a verdadeira Igreja de Jesus, mais comunal, marcadamente solidária, inserida no mundo para suscitar e explicitar os germens de salvação no interior dos acontecimentos históricos.

Para atingir o seu objetivo, o texto é marcado pela consistência de sua matriz: o cristianismo católico. Não se trata de fechar este cristianismo às outras Igrejas e nem mesmo de torná-lo vulnerável, por qualquer motivo, às ações de outras confissões cristãs. Elaborar a

eclesiologia ecumênica com a matriz cristã católica significa abarcar o caminho do ecumenismo partindo da própria experiência histórica da fé cristã católica, aberta às outras experiências cristãs, tendo em vista a edificação da *oikoumene*<sup>1</sup>.

A elaboração da eclesiologia ecumênica exige a tomada da perspectiva comunitária do Concílio Vaticano II e redimensionar os conceitos mistério, catolicidade, unidade, santidade e apostolicidade da Igreja. Articularam-se as intuições conciliares com os textos elaborados conjuntamente entre as igrejas cristãs, presentes no "Enchiridion Oecumenicum"<sup>2</sup>. Espera-se atingir o objetivo proposto acima, despertando o leitor para o sonho do ecumenismo: a unidade dos cristãos rumo à construção da *oikoumene* planetária de todos os povos.

## 2. A DEFINIÇÃO DE ECLESIOLOGIA ECUMÊNICA

### 2.1. Eclesiologia

A definição atual de Eclesiologia é objetivamente o resultado de uma história marcada por diferentes descrições eclesiológicas e pelas tensões emergentes durante o desenvolvimento deste tratado. A compreensão aproximativamente exata<sup>3</sup> deste conceito, requer um exame das vias que dão consistência aos modelos eclesiológicos, cada uma com seu respectivo desdobramento e a afirmação de uma via que explicita um modelo de maior pertinência para fundamentação de uma eclesiologia ecumênica.

A reflexão das vias dos modelos eclesiológicos implica reconhecê-las como caminhos metódicos do desenvolvimento de uma

(1) CERETI, G., *Per un'Ecclesiologia Ecumenica*, Bologna, Dehoniane, 1996, pp. 11-14; RAHNER, K., *Nuovi Saggi (V)*, Roma, Paoline, 1975, pp. 641-662.

(2) CERETI, G., & VOICU, S. J. (ed.), *Enchiridion Oecumenicum. Documenti del Dialogo Teologico Interconfessionale*, vols. 1-4, Bologna, Dehoniane, 1994. Devido à diversidade metodológica dos documentos, indicar-se-á a numeração da edição do *Enchiridion oecumenicum* e não a específica dos documentos utilizados.

(3) Entende-se por aproximação exata, a constatação da inexistência da exatidão epistemológica do objeto a ser conhecido e da possibilidade de aproximação máxima, conforme os instrumentos analíticos e descritivos utilizados no desenvolvimento do tratado.

determinada eclesiologia. Destacam-se dois grandes modelos eclesiológicos desdobrados na história: o apologético e o comunitário.

A eclesiologia apologética, presente na forma de *Demonstratio Catholica* é constituída por três vias paradoxalmente distintas e articuladas entre si: a histórica, a notarum e a empírica. A primeira, também chamada de *primatus* preza-se por examinar os documentos antigos para verificar como a Igreja católica romana consolidava-se enquanto a Igreja cristã de sempre, visivelmente apresentada na história em sua organização hierárquica. Esta via parte do pressuposto da exclusiva veracidade do catolicismo romano em contraposição a qualquer formulação contrária. A segunda, a mais utilizada pela eclesiologia apologética, fundamenta-se no silogismo de que Jesus dotou a sua Igreja de quatro notas: a unidade, a santidade, a catolicidade e a apostolicidade. Apenas a Igreja católica seria dotada destas notas, tornando-se a única verdadeira diante de outras formulações eclesiológicas. A terceira, fundamentalmente adotada no Concílio Vaticano I, teoriza a Igreja como um milagre moral, um sinal divino transcendente, diferenciado de outras instituições presentes na história. Todas as ações da Igreja seriam constituídas de um princípio divino que a torna absolutamente legítima e inequívoca em suas atitudes<sup>4</sup>.

O modelo da eclesiologia comunitária, afirmado no Concílio Vaticano II, utiliza-se da via da dialética entre transcendência e imanência,

<sup>(4)</sup> PIÉ-NINOT, S., *Introdução à Eclesiologia*, São Paulo, Loyola, 1998, pp. 13-16; KEHL, M., *A Igreja. Uma Eclesiologia Católica*, São Paulo, Loyola, 1997, pp. 310-327. Constatam-se ainda outros três modelos eclesiológicos: a eclesiologia prática, a jurídica e a eclesiosistemática. A primeira diz respeito às teorias patrísticas acerca da Igreja. Os padres não se preocupavam em elaborar esquemas teóricos metafísicos, desligados da organicidade prática das comunidades. Tratava-se de pensar a Igreja no *sentire Ecclesiam*, dado que torna a experiência eclesial critério fundamental para elaborar a eclesiologia. A segunda implica compreender a Igreja a partir da ciência canônica elaborada no século XII com Graciano, o qual se aproveitou da reforma gregoriana e das disputas entre o papado e os fiéis ou imperadores, para formular a concepção de Igreja *potestas*. Esta formulação realçou dois pontos relevantes em termos eclesiológicos. O primeiro foi a formação da distinção entre poder de ordem e de jurisdição, dando certa autonomia ao aspecto jurisdicional em relação ao sacramental ou pastoral. O segundo foi a concepção de Igreja como corporação que implica cabeça e membros, organização estrutural em sua totalidade. O terceiro modelo eclesiológico diz respeito à eclesiologia presente nas *sumas* medievais. Estas partiram da distinção entre verdades de fim e verdades de meio e mostraram a diferenciação entre a Igreja e Deus Uno e Trino enquanto objetos de fé. Crê-se então em Deus Pai, Filho e Espírito Santo presente na Igreja. A Igreja não é pessoa, apesar de ser uma realidade, uma unidade moral, uma somatória dos cristãos. Por sua vez, Deus é um constituído de três Pessoas divinas, co-eternas e co-iguais.

história e escatologia, mistério *absconditus et revelatus*. Trata-se de uma eclesiologia que retoma as origens cristãs, especialmente da era apostólica e subapostólica, na tentativa de explicitar mais eficazmente a missão da Igreja no mundo. Desenvolve-se um descentramento eclesial, pelo qual a Igreja apresenta-se como sacramento de salvação universal que está no mundo para promover a unidade de todo o gênero humano. A Igreja é apresentada como um sinal da graça de Deus que denota uma soteriologia de caráter universal, não excludente, destinada a todos os povos. Relaciona-se dialeticamente o ser Igreja com a subsistência da Igreja de Cristo na Igreja católica, compreendendo aquela como uma realidade mistérico-histórica e a segunda como uma realidade mistérico-complexa que ultrapassa a racionalidade humana. Este modelo ressalta a relevância do testemunho cristão *ad intra e ad extra Ecclesiae* na totalidade vital daquele que professa a fé. Este testemunho é apostólico-espiritual à medida que reforça a dimensão evangelizadora da vida cristã como um modo totalizante de viver a fé cristã<sup>5</sup>.

A eclesiologia mais consistente para o desenvolvimento da perspectiva ecumênica em seu interior é a do modelo comunitário que escapa à tentativa de defesa pura da Igreja, preponderando a formulação histórica diante da dimensão escatológica presente na Igreja compreendida como realidade complexa. Este modelo manifesta-se abertamente à revelação do mistério de Deus na Igreja, não esgotável e não absolutizado historicamente, mas reformulado conforme a articulação entre a autocomunicação divina, as necessidades históricas e a vocação da humanidade. A eclesiologia há de ser compreendida como o tratado da investigação teológica acerca da Igreja com a finalidade de descrevê-la como uma realidade mistérico-histórica pertencente ao mistério trinitário, decifrado por meio do Filho, desenvolvido pelo Espírito, tendo como fonte originária o Pai.

## 2.2. Definição de ecumenismo

Etimologicamente ecumenismo deriva da palavra grega *oikoumene*, a qual estão ligadas as palavras *oikos* (indica a existência de um espaço habitado) e *oikia* (casa habitada por uma família). Em seu

<sup>(5)</sup> PIÉ-NINOT, S., *Introdução à Eclesiologia*, pp. 21-22; KEHL, M., *A Igreja. Uma Eclesiologia Católica*, pp. 41-49.

limite hermenêutico, *oikoumene* significa “mundo habitado”. Esta palavra adquiriu, inicialmente com Alexandre Magno, um sentido geográfico que ultrapassava o espaço helênico original, trazendo à tona o confronto entre os helenos e outros povos. O helenismo trouxe consigo no século III a.C. o conceito de indivíduo cosmopolita como representante de uma verdadeira humanidade. Tal conceito defrontou-se com a oposição entre gregos e bárbaros, civilizados e incultos e encontrou-se diante do desafio de promover o lugar do espaço para todos. Após a era de Alexandre Magno, o império se dividiu em quatro de seus principais lugar-tenentes, marcando o início da fragilidade política da Grécia no mundo antigo. Cedeu-se espaço para Roma aparecer no cenário como uma nova força imperial, dando à palavra *oikoumene* um sentido político, diferente daquele geográfico anteriormente descrito. Roma seria a nação que reuniria os povos, sobrepondo-se a cada um deles na forma de império. Deriva-se também a dimensão cultural do termo *oikoumene*. Compreende-se a cultura como o movimento que vincula a pessoa à realidade a ser transformada, humanizada e mais acolhedora de vida. Neste sentido, *oikoumene* seria a relação entre as diferentes culturas enquanto busca de um espaço habitado que explicita a unidade em termos de distinção e comunhão<sup>6</sup>.

O sentido religioso do termo *oikoumene* adquiriu consistência a partir do século XVI quando emergiu o movimento da Reforma – Contra-Reforma, embora as duas rupturas ocorridas anteriormente, a Igreja ortodoxa no século V e as Igrejas do Oriente no século XI, explicitassem a necessidade de mundo habitado em forma de unidade de toda a Igreja. A essência deste sentido é a unidade de todos os cristãos para que a Igreja cumpra a sua finalidade de estar no mundo: reunir todo o gênero humano. Registre-se que o movimento ecumênico sempre esteve presente em toda a história da Igreja, mas sua corporificação institucional foi realizada com a criação do Conselho Mundial das Igrejas em 1948 como expressão da concretização da *koinonia* na Igreja de Cristo manifestada por todas as Igrejas que crêem no Senhor Jesus Cristo como único Salvador e que, juntas estão dispostas a responderem à sua vocação para a glória do único Deus, Pai, Filho e Espírito Santo<sup>7</sup>.

No tratado da eclesiologia, o ecumenismo será simultaneamente tema e perspectiva. Enquanto tema, ele será abordado

(6) SANTA ANA, J. H., *Ecumenismo e libertação. Reflexões sobre a relação entre a unidade cristã e o Reino de Deus*, Petrópolis, Vozes, 1987, pp. 15-23.

(7) SANTA ANA, J. H., *Ecumenismo e libertação*, pp. 107-115; VERCRUYSSSE, J., *Introdução à Teologia Ecumênica*, São Paulo, Loyola, 1998, pp. 54-62.

como item da eclesiologia, necessário no conjunto da ciência teológica. O ecumenismo é fundamentalmente perspectiva – em seu sentido epistemológico – compreendida como o fio condutor ou eixo central do desenvolvimento do tratado da eclesiologia. Ele é um tema que perpassa a reflexão teológica sobre a Igreja para explicitar a complexidade da realidade eclesial em seus âmbitos histórico e escatológico. Por meio desta perspectiva, a Igreja de Cristo aparece como mistério revelado na forma de sacramento de salvação universal, abertura à realidade histórica, sem absolutizá-la, introjetando-a no horizonte escatológico pleno a ser atingido.

### 2.3. As tentativas de formulação de uma eclesiologia ecumênica

A reflexão teológica sobre a Igreja é o elemento que compreende a teorização de dados históricos da realidade da Igreja em sua dimensão *ad intra* e *ad extra* com a pretensão de assinalar a veracidade da Igreja enquanto graça divina presente no mundo para ser sacramento de salvação universal. Não é possível aludir a uma única formulação eclesiológica na perspectiva ecumênica, senão, em várias formulações que buscaram, cada uma a seu modo, explicitar a situação escandalosa da divisão na Igreja e as perspectivas de realização da unidade em seu sentido intenso. Com base no critério da pertinência histórico-escatológica em seus níveis eclesiológico e antropológico, destacam-se quatro grandes tentativas: a Teologia ecumênica do Profundo, a Teologia ecumênica da Palavra, a Eclesiologia total e a Eclesiologia mundial e religiosamente ética.

A Teologia do Profundo foi desenvolvida por Paul Tillich que partiu da essência (*Wesen*) humana em buscar a verdade (*Wahrheit*) de si mesma, de seu mundo e do Transcendente que a cerca. A verdade é aquele elemento da existência humana que deve ser buscado no Profundo (*Tiefe*) do homem em suas dimensões pessoal e social. Trata-se de considerar que cada pessoa possui o seu Profundo, cuja verdade só pode ser decifrada quando a consciência de si deseja e tudo faz para melhor conhecer o seu Profundo. O mesmo movimento acontece quando a consciência coletiva do homem é capaz de buscar o conhecimento do Profundo social. Em suas dimensões pessoal e social, o Profundo é marcado pela mistura dos pólos contrários, evidenciando a verdade em sua totalidade realística. A verdade passa a ser buscada não apenas nos canais da vitalidade positiva, mas também naqueles de vitalidade negativa.

O sofrimento e o trágico estão aliados à alegria e à esperança ao longo da vida humana. A realidade histórica da humanidade é constituída de culturas, dado que cada nação possui seus costumes, seus valores, seu *habitat*. Cada cultura possui o seu Profundo marcado pela concretude real da convivência das contraposições vitais. No bojo do Profundo pessoal e social, está a verdade como abertura a Deus, o Infinito Profundo. A *oikoumene* dos povos e das Igrejas é possível tão somente neste movimento em direção ao Profundo da existência humana em sua totalidade. Alcançar a verdade do profundo é realizar a unidade do gênero humano<sup>8</sup>.

A Teologia ecumênica da Palavra foi elaborada por Karl Barth. Este teólogo partia da justificação pela fé, compreendida como obra da liberdade de Deus em realizar a graça ao homem, tornando possível – por seu poder divino – a impossibilidade aos olhos humanos. Deus se autocomunicou amorosa e gratuitamente por meio de sua Palavra salvadora, compreensível por intermédio das religiões. Estas são caminhos da experiência de Deus, cujo sentido ordinário e vital ocorre quando estão em consonância com a revelação. A Palavra da revelação divina faz-se presente pedagogicamente nas religiões cristãs, chamadas à missão de evangelizar à luz da encarnação e da redenção. Do mesmo modo que a Palavra assumiu a carne em sua totalidade e redimiu a humanidade dos pecados, os cristãos são convocados à ação pelo anúncio e pelo testemunho no mundo, encarnando-se e redimindo as culturas. A divisão dos cristãos impede a realização de tal missão. Torna-se necessária a unidade a fim de que a fidelidade à dinâmica da Palavra divina seja concretizada na história<sup>9</sup>.

A Eclesiologia total é categoria desenvolvida por Yves Congar, expoente valioso para a escola de Saulchoir, famosa pelo seu objetivo de formular uma teologia encarnada na história da humanidade. Este teólogo formulou teologicamente a Eclesiologia do Povo de Deus, compreendido como um Povo presente no desígnio salvífico de Deus. Trata-se de um povo messiânico, que assume a missão de explicitar a messianidade de Cristo por meio de suas ações também salvadoras. Este Povo é também o corpo de Cristo, a sua cabeça dirigente. O corpo

<sup>(8)</sup> TILLICH, P., "Von der Tiefe", in KUSCHEL, K. J., *Lust und der Erkenntnis: Die Theologie des 20. Jahrhunderts*, München – Zürich, Piper, 1993, pp. 29-39; IDEM, *Teologia Sistemática*, São Leopoldo – São Paulo, Sinodal – Paulinas, 1984, pp. 661-685.

<sup>(9)</sup> GIBELLINI, R., *La Teologia del XX Secolo*, Brescia, Queriniana, 1993, pp. 22-29.

é regimentado pela cabeça, sem a qual, ele se isenta de racionalidade e se torna inócuo, vazio de sentido. A categoria Povo de Deus possui valores entre os quais se destacam cinco. O primeiro é o histórico que denota a presença real do Povo de Deus como Povo messiânico presente no mundo para ser factualmente corpo de Cristo. O segundo é o antropológico, demonstrativo da humanidade deste Povo, de seu caráter atual e potenciativo de ser verdadeiramente Povo de Deus. O terceiro é o missionário, denotante do caráter vocacional deste Povo, chamado por Deus para reunir o gênero humano, formá-lo como uma comunidade historicamente constituída de amor. O quarto é o dialógico, compreendido como o valor que dá ao Povo de Deus o instrumento para a realização de sua missão. O diálogo é o posicionamento tenso de dois pólos falantes que proporcionam a emergência de um pólo dialeticamente sintético. Ele impulsiona o Povo de Deus a dialogar com outros povos, a dinamizar o movimento de aprendizagem e de ensinamento, sempre com a pretensão de alcançar a fidelidade de sua vocação. O quinto é o valor ecumênico que realça o Povo de Deus não como uma categoria explicitante de sectarismo, mas expressão real da unidade da humanidade. Estes valores proporcionaram ao teólogo francês refletir uma eclesiologia total como um ecumenismo com princípios católicos. Conjugou-se a catolicidade, a unidade e a diversidade presentes na Igreja. A universalidade da Igreja adquire consistência à medida que ela é unida e promove a unidade a partir da diversidade de expressões confessionais, de culturas e de povos. A autoridade da utilização dos princípios católicos nesta eclesiologia teria consistência na veracidade maior da Igreja católica mediante a realidade complexa da Igreja de Cristo<sup>10</sup>.

A eclesiologia mundial e religiosamente ética foi elaborada por Hans Küng, teólogo alemão, auto-intitulado como teólogo ecumênico com matriz católica. Seu ponto de partida é a utilização do método de uma teologia plurilingüística, capaz de proporcionar uma linguagem eclesiológica denotante do pluralismo cristão, tendo a constante reinterpretação da mensagem cristã originária como eixo central desta mesma teologia. Aprofunda-se este ponto por meio de dois grandes aspectos. O primeiro é a reflexão sobre o primado de Pedro presente no Papado. Deve-se entender o primado não a partir do poder estatutário (*potestas*), mas a partir do serviço (*diakonia*) aos irmãos da fé e à humanidade. O segundo é a articulação entre evangelicidade e

<sup>(10)</sup> CONGAR, Y., *Diversités et communion. Dossier historique et conclusion théologique*, Paris, Cerf, 1982, pp. 244-260; IDEM, *Saggi ecumenici. Il movimento, gli uomini, i problemi*, Roma, Città Nuova, 1986, pp. 35-62.

catolicidade da Igreja. Esta se realiza como universal em significação soteriológica em meio à sua ação evangelizadora. A ontologia católica é dinâmica e resultante da articulação entre a missão proveniente pela graça e sua realização na história. Para desenvolver estes dois aspectos de seu ponto de partida, o teólogo alemão elabora o paradigma da teologia ecumênica crítica, constituída pela experiência presente e pela tradição judeu-cristã. Articula-se o pluralismo atual com a emergência do rosto de cada Igreja cristã e cada religião, com a tradição fontal do cristianismo. Procurar-se-ão germens de salvação fora da Igreja católica e fora do cristianismo. O ponto crucial e fulcral desta teoria é a ética compreendida como *norman normans* para o cristianismo e as religiões. Este *ethos* comum é o ecumenismo para a paz, uma ética mundial para todas as religiões capaz de suscitar e fermentar a edificação da *oikoumene* de toda a humanidade<sup>11</sup>.

As quatro formulações acima descritas explicitam a pertinência da elaboração de uma eclesiologia em perspectiva ecumênica, tendo em vista não a modulação da Igreja em si mesma, mas de um mundo habitado pela unidade e pela paz.

### 3. O MÉTODO DE UMA ECLESIOLOGIA ECUMÊNICA

O método em um complexo teórico é sempre um caminho que conduz à sistemática formulação dos elementos teóricos em questão. Ele se caracteriza pela precisão e organização do conteúdo em sua lógica própria com a finalidade de explicitar, o mais autenticamente possível, a verdade do tema refletido. O método de uma eclesiologia ecumênica utilizar-se-á de uma hermenêutica da unidade, capaz de proporcionar visionalmente a possibilidade da *oikoumene* das Igrejas cristãs, das religiões e de todas as instâncias habitantes no mundo.

A hermenêutica da unidade parte de um fundamento central comum às Igrejas cristãs: Jesus Cristo é o Senhor, o Salvador, o Messias de Deus que pela cruz redimiu toda a humanidade do pecado. A centralidade cristológica articula-se com o contexto de cada Igreja cristã a fim de que o Cristo seja sempre significativamente atualizado em cada realidade. A unidade proveniente desta hermenêutica proporciona o

<sup>(11)</sup> KÜNG, H., *Theologie im Aufbruch. Eine ökumenische Grundlegung*, München – Zürich, Piper, 1999; IDEM, *Projeto de Ética Mundial. Uma moral Ecumênica em vista da sobrevivência humana*, São Paulo, Paulinas, 1992, pp. 147-196.

fortalecimento do cristianismo em vista da comunhão com as religiões e com as outras instâncias históricas. Deste movimento emerge a centralidade do Reino de Deus como mediação absoluta de Deus que proporciona o diálogo e o respeito de uma Igreja à outra, de uma religião à outra, de uma instância à outra. Trata-se de efetuar um processo no qual os pólos em questão mostrem-se um ao outro tais como são, que se confrontem saudavelmente entre si, aceitando-se mutuamente em suas respectivas identidades<sup>12</sup>.

Para efetuar este método é necessário a realização de quatro grandes passos propiciadores de uma eclesiologia ecumênica, centrada em Cristo e em seu Reino, capaz de efetivar a unidade dos cristãos. O primeiro refere-se ao fortalecimento dos movimentos que buscam promover a unidade. Torna-se necessário apropriar-se de todo movimento histórico que, até então, fermentou a unidade, fortalecê-los em suas virtudes e redimensioná-los em suas fraquezas a fim de que se tornem caminhos eficazes da verdadeira *oikoumene*. O segundo diz respeito à busca do estabelecimento da hierarquia das verdades que dão consistência à fé. Parte-se do fundamento básico da fé cristã, a revelação realizada de modo pleno em Jesus Cristo, iluminada pelo Espírito Santo para que a humanidade receptora desta revelação alcance a comunhão com o Pai, *principium principiorum*, a fonte emanante de toda graça divina. Por meio deste fundamento, organiza-se uma hierarquia das verdades que estabelece a primazia da catolicidade da Igreja de Cristo, realidade complexa e presente em diversas formulações históricas. O terceiro passo concerne à relação entre Escritura e Tradição que se tornou historicamente um problema para a prática do ecumenismo em função da discordância acerca do valor soteriológico da Tradição e do princípio *sola scriptura*. Buscar-se-á o ponto comum para compreender que a Escritura é resultado da Tradição Apostólica, fonte oral principiante do desenvolvimento da fé. A experiência apostólica é originária enquanto proporciona outras experiências comunitárias de fé, das quais decorre o desenvolvimento da Escritura. Esta, por sua vez, transforma-se na fonte escrita fundamental da Revelação, que seria inócua e sem sentido vital, quando desligada da vida da Igreja em todos os tempos. A Escritura anima a vida da Igreja e é reavivada pela própria comunidade de fé que

<sup>(12)</sup> Para a melhor compreensão deste método é necessário considerar sendo-lhe subjacente a concepção de alteridade encontrada em LEVINAS, E., *Entre nós. Ensaio sobre a alteridade*, Petrópolis, Vozes, 1997, pp. 21-65. Nesta obra, alteridade é categoria que proporciona o "eu" encontrar-se com o Outro da maneira como o Outro se lhe apresenta. Proporciona-se a comunhão em meio às diferenças, a unidade no interior do respeito à diversidade de Outrem.

a Iê, formando o movimento do desdobramento da Tradição em diversas tradições. No bojo deste processo de re-leitura da Tradição e sua transformação em Bíblia e da re-leitura da Bíblia e sua transformação na Tradição, está a inspiração do Espírito Santo, o mesmo que estava presente nos apóstolos, nos autores bíblicos e na vida da Igreja ao longo dos séculos. Deste modo, escapa-se à leitura fundamentalista da Bíblia, ao doutrinalismo eclesiástico e elabora-se um método de leitura que abarca o conceito amplo e complexo de Igreja de Cristo, capaz de articular as diversas tradições eclesiais no ato da interpretação bíblica. O último passo é o realce à apostolicidade da Igreja e sua sacramentalidade. A Igreja de Cristo tomou corpo com os apóstolos e adquiriu sacramentalidade sob a inspiração do Espírito Santo. A apostolicidade da Igreja afirma a origem apostólica da Igreja e ressalta o seu caráter evangelizador enquanto missão no mundo que lhe fora transmitida pelo Cristo. Por meio da apostolicidade compreendida como ponto originário e evangelizador da Igreja, é possível o cumprimento do método proporcionador à unidade dos cristãos. A concretização da apostolicidade denota a Igreja como sacramento de salvação universal, que continua a missão redentora e salvífica de Cristo no mundo<sup>13</sup>.

A partir do método hermenêutico da unidade e dos passos ao ecumenismo é possível elaborar uma eclesiologia ecumênica com matriz católica que se abre às outras experiências eclesiais cristãs, exprimindo a realidade da Igreja de Cristo como exímia servidora do Reino. Para que esta eclesiologia seja factualmente consistente é necessário explicitar dois pontos característicos e fundamentais. O primeiro é a pertença da Igreja ao mistério de Deus Uno e Trino, Pai, Filho e Espírito Santo, três Pessoas Divinas distintas uma da outras que constituem o único Deus. Esta Igreja tornou-se uma realidade comum aos apóstolos, cujo testemunho está presente na Escritura, constituindo-se em *depositum fidei*, interpretado pelas comunidades ao longo da história de acordo com a *regula fidei*. Esta é a afirmação de fé dos apóstolos que regulamenta a prática e a doutrina da Igreja ao longo dos tempos. O segundo ponto denota que a eclesiologia ecumênica adquire consistência à medida que a *regula fidei* proporciona a elaboração da concepção de Igreja como mistério e comunhão, realizada na sua unidade, catolicidade, santidade

<sup>(13)</sup> DE LUBAC, H., *L'Écriture dans la Tradition*, Paris, Aubier, 1966, pp. 203-289; KÜNG, H., *Theologie im Aufbruch*, pp. 67-85; O'COLLINS, *Fundamental Theology*, New York, Paulist Press, 1981, pp. 190-207; TORRES QUEIRUGA, A., *A Revelação de Deus na realização humana*, São Paulo, Paulus, 1995, pp. 359-384.

e apostolicidade. A eclesiologia ecumênica não pretende absolutizar uma forma histórica da Igreja, mas elaborar um conceito que se aproxime ao máximo da verdadeira Igreja de Cristo, uma realidade complexa, misteriosa, comunitária e com a missão de reunir todo o gênero humano como demonstração de seu serviço ao Reino de Deus.

## 4. FUNDAMENTOS

### 4.1. A Igreja como mistério inserido no mistério trinitário

O desenvolvimento de uma eclesiologia ecumênica requer a compreensão da essência da Igreja. Isto significa assimilar teologicamente a Igreja não como uma realidade de nível igual às instâncias meramente históricas, mas apreendê-la no bojo do próprio mistério divino. Este é a realidade infinita, transcendental absoluta, compreendida no processo imanente, histórico da Revelação. Indubitavelmente, o centro da Revelação cristã é Jesus Cristo, o Verbo encarnado, crucificado e ressuscitado, que revelou perfeitamente o Pai por meio da força do Espírito Santo. Cristo é o sacramento do Pai<sup>14</sup>, realização plena da revelação cristã. Após sua ressurreição dos mortos e sua ascensão, Cristo deixou aos seus apóstolos a tarefa de continuar a sua obra salvífica de forma sacramental. Fundamentada na cristologia, a Igreja é conceituada como sacramento de e em Cristo, mas pertencente ao Pai e iluminada e fortalecida pelo Espírito Santo. A Igreja apresenta-se como sinal do amor trinitário vivenciado pelo Pai, pelo Filho e pelo Espírito Santo em seu mistério inefável e abissal. O Pai – fonte inesgotável do amor divino – ama eternamente o Filho. O Filho, gerado e amado pelo Pai desde sempre, o ama também de modo inesgotável na intrinsecidade divina. O resultado deste amor é o Espírito Santo, a luz, o amor próprio entre o Pai e o Filho. O mistério trinitário de amor e ternura não é fechado em si mesmo, mas aberto à criação de modo pleno por meio do Filho que manifesta, na revelação, o seu amor ao Pai por meio de sua fidelidade mantida pela força do Espírito Santo. Compreende-se a Igreja de Cristo,

<sup>(14)</sup> ROSATO, P. J., *Introduzione alla Teologia dei Sacramenti*, Casale Monferrato, Piemonte, 1995, pp. 55-59; TABORDA, F., *Sacramentos, práxis e festa. Para uma teologia latino-americana dos sacramentos*, Petrópolis, Vozes, 1987, pp. 102-110. Por sacramento entenda-se o sinal eficaz de uma realidade determinada. Cristo é o sacramento do Pai, porque revela a Deus de modo pleno, tornando-se o único caminho pleno de alcance do Pai.

fundada pelos apóstolos sob a inspiração do Espírito Santo, como Aquela que visibiliza o amor trinitário já vivenciado por Ela no mistério abissal de Deus. Este amor trinitário deve ser testemunhado pela Igreja de Cristo presente no mundo, por meio do cumprimento de sua missão de realizar a comunhão e a unidade de todo o gênero humano. Ao concretizar tal missão, a Igreja manifesta-se como um sinal eficaz da salvação cristã, um sacramento de salvação universal. A inserção da Igreja no mistério trinitário está presente na essência de cada uma das Pessoas Divinas. A Igreja será compreendida a partir do desígnio salvífico universal do Pai, na missão e na obra do Filho e em sua santificação pelo Espírito. A unidade e a comunhão da Trindade não eliminam a particularidade de cada uma das Pessoas Divinas. A Igreja de Cristo, presente no mundo, testemunha não apenas a comunhão trinitária, mas também a ação do Três Divinos de forma imanente por meio de todos os caminhos salvíficos da história. A Igreja está no mundo para realizar o desígnio salvífico universal do Pai de maneira perpendicular em sua forma cristã: a verticalidade de graça de Deus realizada na história por meio da Igreja se concretiza na horizontalidade da própria missão da Igreja no interior da vida dos povos. A Igreja participa da vida trinitária realizando a vontade de Deus por meio da fermentação de relações comunitárias entre os povos e entre as pessoas, da mesma maneira como se apresenta na própria Trindade Santa<sup>15</sup>.

Da mesma maneira que está em consonância com o Pai, a Igreja está em comunhão com o Filho, o qual morrendo na cruz explicitou de modo pleno e perfeito sua fidelidade ao Pai. A Igreja é uma realidade pós-pascal emergente, baseada no sangue e na água de Cristo saídos de seu corpo no momento de sua crucificação. O sangue e a água denotam a Eucaristia e o Batismo respectivamente, que se constituem nos dois sacramentos fundamentais proporcionantes aos fiéis o mergulho na vida de Cristo. Eles denotam a sacramentalidade da Igreja enquanto Aquela que é presença maior de Cristo no mundo; um sacramento de salvação para todos os povos. A descrição acima denota o cristocentrismo na eclesiologia que compreende a Igreja como mistério pertencente ao mistério trinitário. Entretanto, seria uma eclesiologia carente de maior sentido trinitário se desligada da dimensão pneumatológica, pois o Espírito ilumina e sopra sobre a Igreja a fim de que ela seja constantemente fiel à missão que lhe foi confiada por Cristo. A Igreja é indubitavelmente, o templo do Espírito Santo, o qual a vivifica e santifica suas estruturas.

<sup>(15)</sup> CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja *Lumen Gentium* 1-9, AAS 57 (1965), pp. 5-67.

Por ser de Cristo e habitada pelo Espírito, a Igreja é fundamentalmente cristocêntrica-pneumática. Ela pertence a Cristo e é impulsionada pelo Espírito à sua missão de servir o Reino de Deus na história<sup>16</sup>.

O mistério da Igreja desdobra-se na história. Nesta, a Igreja apresenta-se como servidora do Reino. Este é uma realidade pertencente a Deus, compreendida em um horizonte de infinitude, de plenitude de vida, de eternidade harmônica, experimentada já na história. O Reino é uma realidade transcendental absoluta, mas imbuída de imanência, de historicidade, de energia irrompedora no interior da vida humana e cósmica. Ao servir o Reino, a Igreja encontra o sentido de sua missão, de seu estar-no-mundo. A Igreja na história não se confunde com o Reino, mas serve-o, preparando toda a terra para recebê-lo de modo definitivo. O seu serviço ao Reino na história, exprime a realidade corporal da Igreja, cuja cabeça é Cristo<sup>17</sup>. Na condição de corpo de Cristo, a Igreja exprime a sua localidade e a sua universalidade soteriológica. A Igreja é comunidade salvação que toma um corpo histórico, em um contexto vital determinado, assumindo as angústias, as tristezas, as alegrias e a esperanças da humanidade<sup>18</sup>. A universalidade da Igreja é um dado soteriológico que se manifesta na particularidade de cada Igreja, na realidade plural de seus ministérios e serviços, testemunhos de fé em função do serviço prestado ao Reino de Deus<sup>19</sup>.

<sup>(16)</sup> CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium* 4.

<sup>(17)</sup> Esta imagem é de CI 1,24, mas o papa PIO XII, Carta encíclica *Mistici Corporis*, AAS 35 (1943), pp. 193-248 desenvolveu a categoria corpo místico de Cristo para exprimir a realidade da Igreja por meio de cinco pontos. Em primeiro lugar, a Igreja pertence a Cristo para dar continuidade à sua obra redentora através da unidade dos seus carismas transformados em ministérios e serviços, tendo em vista o cumprimento de sua missão no mundo. Em segundo lugar, a Igreja é um corpo dotado de órgãos vitais, os sacramentos, compreendidos como símbolos da fé que tornam a Igreja visível. Em terceiro lugar, a autoridade de Cristo cabeça está fundamentada na cruz redentora, pela qual, também a Igreja deve redimir o mundo dos seus pecados. Em quarto lugar, a denominação "corpo místico" (distinta de "corpo físico de Jesus") denota que a Igreja está no mundo para operar em favor do bem salvífico dos homens, para a glória de Deus e de Jesus Cristo. Em quinto lugar, o termo "místico" refere-se também às virtudes teológicas: fé, esperança e caridade. A Igreja é comunidade de fé em Cristo que transmite a esperança aos povos por meio da prática da caridade. A perfeição da Igreja é demonstrada por meio da realização destas virtudes, é fruto da comunicação do Espírito de Cristo. Por meio dele, a Igreja se torna corpo místico na história que transmite a salvação de Deus à humanidade.

<sup>(18)</sup> Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo *Gaudium et Spes* 1, AAS 58 (1966), pp. 1025-1115.

<sup>(19)</sup> CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium* 4-7.

A realidade mistérica da Igreja exprime a sua simultaneidade de ser visível e espiritual. A Igreja é um mistério único em seus aspectos visível e invisível. Não existem duas Igrejas, mas uma única presente no mistério trinitário, desdobrada na história para reunir toda a humanidade. A Igreja de Cristo é uma realidade complexa que se manifesta na Igreja católica, sem esgotar-se nela. Por ser mais ampla que suas formulações históricas, a Igreja é una, santa, católica e apostólica, concretizada como Povo de Deus inserido e peregrino na história para servir o Reino de Deus e dar testemunho da verdade<sup>20</sup>.

#### 4.2. A Igreja como comunhão: a nota da unidade

A Igreja de Cristo é única no mistério inefável e abissal da Trindade. Sua elaboração teológica é plural e não absolutiza nenhuma das formulações históricas. A Igreja católica conserva uma plenitude institucional graças à sua fidelidade à Tradição apostólica, à Escritura e à utilização da *regula fidei*<sup>21</sup> como elemento operacional para salvaguardar o *depositum fidei* e assegurar – sob a inspiração do Espírito Santo – a sua missão evangelizadora no mundo. Um dos elementos essenciais da Igreja é a *koinonia* fundamentada na comunhão trinitária do Pai, do Filho e do Espírito Santo. A vida divina é um modelo de *koinonia* explicitado plenamente por meio da encarnação, da morte e da ressurreição de Cristo. A comunhão havia já sido manifestada na criação, obra do Pai em comunhão com o Filho e com o Espírito e em todas as manifestações salvíficas anteriores a Cristo. Baseada na comunhão divina, a Igreja está no mundo para ser e promover a comunhão. Estando no desígnio salvífico de Deus, a Igreja assume a comunhão como vocação universal a ser levada a cabo em favor da unidade de todos os povos. Por comunhão, entenda-se a vivência da unidade na forma do reconhecimento recíproco das formas eclesiais históricas, na comunitariedade dos sacramentos, no testemunho e no serviço comum e em algumas estruturas incisivas para a convivência fraterna<sup>22</sup>.

(20) CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium* 8.

(21) WICKS, J., "Regula fidei", DTF 913-915. A *regula fidei* é compreendida como a regra que permite professar a fé no Deus criador de todas as coisas, no Filho redentor e salvador de todos os homens, no Espírito transformador e santificador de toda a criação e na Igreja una, santa, católica e apostólica, presente no mundo para ser sacramento de salvação universal.

(22) SECONDA COMMISSIONE INTERNAZIONALE ANGLICANA – CATTOLICA ROMANA, *La Chiesa come comunione*, 1990 EO 3 (1995), 84-93; COMMISSIONE MISTA INTERNAZIONALE PER IL DIALOGO TEOLÓGICO TRA LA CHIESA CATTOLICA ROMANA E LA CHIESA ORTODOSSA, *Il mistero della Chiesa e dell'eucaristia alla luce del mistero della Santa Trinità*, 1982, EO 1 (1994), 2194-2196.; COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *Temi scelti di ecclesiologia*, 1985 EV 9 (1995), 1710-1719.

A *koinonia* é realizada por meio de cinco dimensões. A primeira é a profissão de fé apostólica. A comunhão se realiza professando a mesma fé dos apóstolos, das testemunhas oculares da presença do Verbo de Deus na história. A fé um dom de Deus dado aos apóstolos pelo sopro do Espírito e que foi desenvolvida por eles na forma de comunidade, propagando e difundindo a Igreja. A fé apostólica realiza-se na comunhão dos cristãos entre si, considerando a diversidade de formas de expressão desta mesma fé. A segunda dimensão da *koinonia* é a vivência eclesial dos professantes da fé de forma comunitária e fraterna, especialmente pela prática dos sacramentos do batismo e da eucaristia. Ambos, oriundos da cruz de Cristo – sangue e água –, constituem os dois pilares sacramentais que denotam a sacramentalidade da Igreja e sua consistência como Igreja de Cristo. A unidade dos cristãos concretiza-se mediante a prática, a celebração e a doutrinação da fé. Ainda que se encontrem diferenças entre as confissões cristãs, a fé batismal deve ser o seu ponto comum, aquele que mantém unidos os seguidores de Jesus para que a Igreja presente no mundo, realize a sua missão já manifestada na intrinsecidade de Deus. Por sua vez, a eucaristia, o banquete do Senhor por excelência, deve ser o ponto de convergência das confissões cristãs. Os cristãos possuem pontos comuns no ato da celebração da eucaristia: a proclamação da Palavra, a ação de graças, a invocação do Espírito Santo. Entretanto, constata-se a dificuldade a quem atribuir a presidência da eucaristia. Por outro lado, tal dificuldade não pode ser motivo de discordância e desavenças, mas motivação e desafio para buscar-se a comunhão mediante as diferenças e diversidades de costumes. A terceira dimensão é a *koinonia* social que a Igreja deve promover mediante o seu testemunho e seu serviço ao mundo. Articula-se a *koinonia* com o *ágape*. Torna-se impossível a construção da comunhão sem o amor compreendido como ato de entrega, de doação, de proximidade, de solidariedade ao Outro. A comunhão em meio às diferenças não está isenta do amor construído a partir da alteridade que permite a compreensão do Outro como Outro, como o interpelante diferente, clamante de proximidade solidária. Para que a Igreja fermente a comunhão social é necessário que ela mesma dê testemunho autêntico da *koinonia*. Os seus ministérios – especialmente o ordenado – devem expressar serviços da fé ao mundo. As suas estruturas devem ser flexíveis e caridosas, explicitando ao mundo, modelos estruturais alternativos de convivência humana. O testemunho comunitário é

expressão de uma nova espiritualidade<sup>23</sup>, caminho da edificação da unidade. Trata-se de uma espiritualidade que exclui o proselitismo e o sectarismo nas formas históricas da Igreja de Cristo, mas abraça o projeto da unidade mediante a alteridade que consente o acolhimento à diversidade e a efetivação da comunhão nas diferenças<sup>24</sup>.

A *koinonia* na Igreja de Cristo presente na história é desenvolvida em diversos graus. Torna-se necessário evidenciar a relatividade da comunhão da totalidade da Igreja. A plenitude comunitária está presente na particularidade de cada Igreja, mas não no âmbito da inter-relação das Igrejas cristãs. Na especificidade de cada Igreja cristã a comunhão pode ser denominada "plena" em função da radicalização da mesma profissão de fé, das intuições similares e dos costumes comuns praticados pelos fiéis que constituem uma determinada confissão cristã. Não é possível a comunhão plena entre as Igrejas cristãs, dado à particularidade de cada Igreja em relação aos seus costumes e maneiras de viver a fé cristã. A comunhão existe na convergência de determinados pontos que dão consistência à união entre as Igrejas. Os pontos de não convergência devem ser respeitados por cada uma das Igrejas em relação às outras. O respeito e alteridade são elementos fundamentais para a consolidação de uma *koinonia* eclesial em perspectiva ecumênica. A comunhão no interior de cada Igreja é efetuada à medida que seus respectivos membros são capazes de estabelecer o respeito pela identidade particular de cada um, o diálogo que efetiva a formulação de posições sintéticas novas proporcionantes do *novum* na Igreja. No interior de cada Igreja estão presentes diversos ministérios e serviços, cujo objetivo é a promoção do bem comum. Nenhum ministério está a serviço da elevação do *status quo*, mas da identidade da comunidade como Igreja de Cristo<sup>25</sup>.

(23) GONÇALVES, P. S. L., "A relação entre Teologia e Espiritualidade cristã", em *RCT 24* (1998), pp. 37-58. Entende-se por espiritualidade o caminho pelo qual se vive plenamente a fé cristã. A espiritualidade não se confunde com a oração e nem com a mística. Ela é verdadeiramente uma vida segundo o Espírito do Pai e do Filho, uma vida no seguimento de Jesus, uma vida em Deus na história.

(24) COMMISSIONE TEOLOGICA INTERNAZIONALE TRA LA CHIESA CATTOLICA ROMANA E LA CHIESA ORTODOSSA, *Fede, sacramenti e unità della Chiesa* (1987), *EO 3*, 1766-1797; SECONDA COMMISSIONE INTERNAZIONALE ANGLICANA – CATTOLICA ROMANA, *La Chiesa come comunione*, 38-83.

(25) SECONDA COMMISSIONE INTERNAZIONALE ANGLICANA – CATTOLICA ROMANA, *La Chiesa come comunione*, 84-106; COMMISSIONE INTERNAZIONALE CONGIUNTA CATTOLICA ROMANA – RIFORMATA, *Verso una comprensione comune della Chiesa*, 1990, *EO 3* (1995), 2330-2358.

A comunhão entre as Igrejas cristãs ocorre em três níveis: da comunhão da Igreja católica romana com a Igreja católica ortodoxa, da Igreja católica romana com a Igreja anglicana e da Igreja católica romana com as Igrejas da Reforma. No primeiro, está presente a comunhão das "Igrejas irmãs", quase perfeita, salvaguardando alguns detalhes. No segundo, a comunhão possui um notável grau, presente em algumas maneiras de celebração, em algumas estruturas, mas sobretudo, na comunhão espiritual com Deus, reconhecida tanto pelos católicos quanto pelos anglicanos. No terceiro, a comunhão é um pouco menor. Sua centralidade está em Cristo, mediante o qual, as Igrejas comungam alguns elementos, especialmente, os impulsos ético-sociais rumo à edificação do Reino de Deus na história<sup>26</sup>.

Por ser a pioneira em forma histórica da Igreja de Cristo, a Igreja católica romana deve ser a primeira a promover a unidade em função da edificação do Reino de Deus. Dando exemplo de unidade, esta Igreja toma para si a responsabilidade de gestar a unidade entre as Igrejas cristãs para que o mundo, crendo na unidade testemunhada, seja totalmente reunificado<sup>27</sup>.

A comunhão efetua-se também mediante o pluralismo compreendido sob diversos planos na Igreja de Cristo. Este pluralismo não degrada a identidade, mas a consolida e a mantém em sua dinamicidade alterativa. O pluralismo isenta a Igreja da uniformidade que encontra pessoas, instâncias de estruturas comunitárias dentro de determinados padrões únicos que deterioram a possibilidade da edificação da comunhão em meio às diferenças. Ao admitir o pluralismo eclesial, abre-se o horizonte à comunhão edificada pela dinâmica da alteridade que compreende o respeito, o diálogo e a proximidade solidária, fruto da iniciativa da vontade de construir a verdadeira *oikoumene*<sup>28</sup>.

As diversas formas de realização da *koinonia* apresentam uma realidade comum: a dinamicidade. Todas elas se contrapõem ao proselitismo excludente, a todo tipo de não reconhecimento da veracidade teológica das outras Igrejas e de seus ministérios, a todo modo de senso

(26) COMMISSIONE INTERNAZIONALE ANGLICANA – CATTOLICA ROMANA, *La Chiesa come comunione*, 49-58; COMMISSIONE INTERNAZIONALE CONGIUNTA CATTOLICA ROMANA – RIFORMATA, *Verso una comprensione comune della Chiesa*, 145-149.

(27) CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Decreto sobre o Ecumenismo *Unitatis Redintegratio*, 3-4, AAS 57 (1965), pp. 90-107.

(28) GRUPPO DI DOMBES, *Per la conversione delle Chiese*, 1990, EO 4 (1996), 1004-1022.

de superioridade e desprezo às outras Igrejas. A contraposição não é a única atitude exigida pela eclesiologia ecumênica. Torna-se necessário a superação de todos estes obstáculos através da conversão em seus níveis pessoal e comunitário. A conversão deve transpassar toda a existência de cada cristão, atingindo o *ethos* comunitário a fim de que haja uma primazia pela *koinonia* em sua totalidade eclesial e social, tendo a escatológica *koinonia* do Reino de Deus, uma autêntica unidade, uma verdadeira *oikoumene*<sup>29</sup>.

### 4.3. A santidade da Igreja realizada no sacerdócio do Povo de Deus

A nota da santidade da Igreja não pode ser compreendida em sua pureza conceitual, repleta de um formalismo unilateral que isenta a dialética conflitiva geradora do *novum* comunitário. Compreende-se a santidade da Igreja em sua essência misteriosa inerente à santidade do próprio Deus. Entretanto, constata-se em sua dimensão histórica, a necessidade de reformas oriundas dos pecados cometidos pelos próprios membros da Igreja<sup>30</sup>.

A santidade essencial da Igreja realiza-se na categoria *Povo de Deus*. Este concretiza historicamente o mistério da Igreja em seus vários níveis, nos ministérios e nos serviços. Por Povo de Deus, entende-se o sujeito histórico capaz de edificar o mistério da Igreja de forma fiel ao desígnio salvífico do Pai, pelo seguimento de Jesus e pela abertura à inspiração do Espírito Santo. A origem da Igreja Povo de Deus está em Israel no Antigo Testamento, o povo da Aliança, eleito para ser luz de todas as nações e uma verdadeira nação santa. Emergente da experiência da ressurreição, a Igreja apresenta-se ao mundo para santificá-lo na qualidade de Povo de Deus, concretização histórica do mistério eclesial. A santidade deste Povo possui dois sentidos: objetivo e subjetivo. No primeiro, o Povo de Deus promove a comunhão das coisas santas. Trata-se de uma santidade histórica, constituída de eternidade sem fazer com que a história perca a sua identidade específica.

<sup>(29)</sup> COMMISSIONE CONGIUNTA CATTOLICA ROMANA – EVANGELICA LUTERANA, *L'unità davanti a noi*, 1984, EO 1 (1994), 1550-1594.

<sup>(30)</sup> PIO XII, Carta encíclica *Mystici Corporis*, AAS 35 (1943), pp. 193-248. A Igreja é ontologicamente santa, mas manifesta historicamente pecados em função de seus membros que são pecadores. A correta compreensão da Igreja exige a utilização do instrumental dialético que permite clarivamente a percepção analítica desta realidade tensional, com preponderância da santidade ontológica da Igreja.

No segundo, a Igreja participa da *communio sanctorum*. Faz parte da identidade da Igreja ser santa, ser repleta de santos, que deram testemunho de fé e de fidelidade a Deus na história. Não são duas maneiras de santidade, mas dois sentidos, conjugados entre si que constituem uma única realidade: a Igreja é santa. Esta santidade manifesta-se de diversas formas: pela solidariedade entre os membros da Igreja, pela sensibilidade da Igreja às questões sociais que afligem a humanidade e pela oração comum em busca do fortalecimento da fé para a continuidade da missão da Igreja<sup>31</sup>. Fundamentalmente, a santidade é manifestada pelo martírio. Este é o ápice da fidelidade testemunhal da Igreja, pois exprime uma realidade de total entrega a Deus, de um sacrifício amoroso realizado em função da edificação do Reino de Deus<sup>32</sup>.

O Povo de Deus é santo porque é um povo sacerdotal. Este sacerdócio está conectado àquele de Cristo (Hb 5,1-5), no qual o sacerdote se torna a própria oferenda para o bem da vida. Pelo sacramento do batismo, o Povo de Deus assume o sacerdócio comum de todos os fiéis que denota a Igreja como uma comunidade de irmãos e de irmãs unida em Cristo Senhor e inspirada pelo Espírito Santo, motor da comunhão trinitária e eclesial. A unidade da comunidade precede a escala hierárquica da Igreja, a qual não deve ser motivo de divisão. Ao contrário, a hierarquia é uma forma estrutural de desenvolver os ministérios oriundos do carisma para o bem comum. O sacerdócio ordenado é um ministério que desdobra em sua especificidade, o sacerdócio comum dos fiéis. A consagração do ministro ordenado é essencialmente caracterizada pela fundamentação teológica, mas não pode ser um des-serviço à comunhão eclesial. O sacerdócio ordenado deve fermentar o autêntico exercício do sacerdócio comum dos fiéis. Este implica o serviço sacerdotal que os seguidores de Cristo prestam ao mundo; um serviço que promove a verdadeira *oikoumene* da humanidade<sup>33</sup>.

(31) CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium* 14; IDEM, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* 43.

(32) CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium* 39-42. BOFF, L., *E a Igreja se fez povo*, pp. 134-146; GONÇALVES, P. S. L., *Liberationis Mysterium. O projeto sistemático da teologia da libertação. Um estudo teológico na perspectiva da regula fidei*, Roma, PUG, 1997, pp. 271-274. O martírio é o sinal maior da essencialidade missionária da Igreja no mundo imbuída de energia escatológica.

(33) CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium* 10; IDEM, Decreto *Unitatis Redintegratio* 7.

Exercita-se na celebração cultural este sacerdócio, pois o culto litúrgico expressa celebrativamente a unidade da Igreja ao Pai por meio de Cristo, sob a ação do Espírito Santo. No Verbo e no Espírito, a comunidade oferece ao Pai um culto em Espírito e verdade (Jo 4,23-24). O culto celebrativo deve ser útil à comunidade: criativo, participativo, vivido, não estritamente ritualista, mas comunitário, capaz de transmitir a experiência espiritual articulada à vida e de antecipar o Reino de Deus na história<sup>34</sup>.

Os sete sacramentos constituem momentos altos da *communitas fidelium*. Por meio deles, a Igreja realiza a sua própria visibilidade, mostrando-se como verdadeira Igreja de Cristo. O batismo constitui-se na forte dimensão do ser Igreja. A confirmação enriquece este mesmo ser com a força especial do Espírito Santo. A eucaristia é o sacramento que permite aos cristãos oferecerem a vítima divina e a si mesmos a Deus. O Cristo eucarístico é o vértice da comunhão horizontal (comunhão entre as pessoas) e da comunhão vertical (comunhão entre Deus e a humanidade). A penitência é o sinal da conversão e da plena reconciliação com Deus e com a Igreja. A unção dos enfermos articula o sofrimento dos doentes com o sofrimento de Cristo e recorda a salvação integral trazida pelo próprio Cristo. O matrimônio é a realização plena do amor interpessoal e denota a formação da Igreja doméstica, realizando a comunicação da graça por meio da família que deve enriquecer com sua vida a sociedade. A ordem é a consagração especial, o ato de entrega em função do Reino de Deus na condição específica do apostolado e do seguimento de Jesus<sup>35</sup>.

O sacerdócio da Igreja está ligado ao sacerdócio do povo de Israel. Este deu origem àquela. A missão que fora dada a Israel é dada

<sup>(34)</sup> CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Constituição sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium* 8, AAS 56 (1964), pp. 97-134; COMMISSIONE CONGIUNTA CATTOLICA ROMANA – EVANGELICA LUTERANA, *Chiesa e giustificazione* 282.

<sup>(35)</sup> COMMISSIONE DI STUDIO NOMINATA DELLA FEDERAZIONE LUTERANA MONDIALE, DALL'ALLEANZA RIFORMATA MONDIALE E DAL SEGRETARIATO PER L'UNIONE DEI CRISTIANI, *Rapporto finale del dialogo su: La teologia del matrimonio e i problemi dei matrimoni interconfessionali*, Venezia, 1976, EO 1 (1994), 1758-1808; COMMISSIONE FEDE E COSTITUZIONE DEL CONSIGLIO ECUMENICO DELLE CHIESE, *In solo battesimo, una sola eucaristia e un reciproco riconoscimento dei ministeri*, 1974, EO 1 (1994), 2860-3031; COMMISSIONE MISTA INTERNAZIONALE PER IL DIALOGO TEOLOGICO TRA LA CHIESA CATTOLICA ROMANA E LA CHIESA ORTODOSSA, Documento *Il mistero della Chiesa e dell'eucaristia alla luce del mistero della santa Trinità* 1982, EO 1 (1994), 2183-2196.

também à Igreja na forma de nova aliança. A Igreja é o novo Povo de Deus, peregrino no mundo para santificar a história e levá-la ao Reino definitivo. Oriundo do Israel antigo, a Igreja não pode esquecer-se que o povo hebreu faz parte do mistério eclesial. Isto implica a necessidade de refletir a vida do novo Povo de Deus na perspectiva da função mediadora do sacerdócio, cujas raízes estão no povo de Israel do Antigo Testamento<sup>36</sup>. O povo sacerdotal é o mediador soteriológico diante das outras religiões, cabendo-lhe a missão de fermentar a salvação e de acolher elementos salvíficos presentes em outras religiões. Recusa-se a posição exclusivista de centralidade institucional do cristianismo. Assume-se um cristianismo ecumênico de pluralismo inclusivista que admite o início da revelação evangélica em outras religiões. Relevam-se valores de outras corporações religiosas não desenvolvidos na tradição cristã e levanta-se a possibilidade de elaborar uma "ética mundial das religiões" capaz de estabelecer por meio do diálogo e do respeito, posturas ecumênicas de todas as religiões denotantes do horizonte utópico de construção da *oikoumene*<sup>37</sup>.

O povo sacerdotal está no mundo para explicitar o serviço da Igreja ao Reino. A Igreja não se confunde com o mundo e nem com o Reino, mas está no mundo e essencialmente, a serviço do Reino. O mundo abre-se à irrupção do Reino, mediante forças históricas que façam justiça à energia de vida presente no próprio horizonte do Reino. O povo sacerdotal deve animar a humanidade à vida comunitária, ajudar na implantação da justiça e de relações fraternas, emergir pessoas solidárias comprometidas com outrem, capazes de fazerem brotar o *novum* no mundo. Importa-se para cumprir esta missão, formar consciências críticas, das quais emergem um povo que seja sujeito histórico de mundo construído sob o prisma da fraternidade, da justiça e da solidariedade<sup>38</sup>.

#### 4.4. A catolicidade da Igreja: universalidade soteriológica

A catolicidade da Igreja não é primordialmente uma realidade quantitativa, mas fundamentalmente qualitativa. Ela denota que a Igreja

<sup>(36)</sup> CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Declaração sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs *Nostra Aetate* 4, AAS 58 (1966), pp. 740-744.

<sup>(37)</sup> CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Declaração sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs *Nostra Aetate* 2; IDEM, Decreto sobre a atividade missionária da Igreja *Ad Gentes* 9, AAS 58 (1966), pp. 947-990.

<sup>(38)</sup> CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* 41-43.

é o povo sacerdotal e real vocacionado a ser luz das nações, portador da salvação a todos os povos. Ao assumir esta missão, a Igreja honra o seu ser católica promovendo a comunhão sincrônica de seus membros e de todos os outros povos<sup>39</sup>. Dado a esta conotação, a compreensão da catolicidade requer o desenvolvimento de dimensões distintas e interconectas: a catolicidade como dom e como tarefa, em seu *ad intra*, como plenitude de fé, como ortopraxia e em sua dimensão escatológica.

A articulação entre dom e tarefa na compreensão da catolicidade da Igreja é inevitável. A Igreja é católica em seu ser. Ela pertence à comunhão trinitária, revelada plenamente pelo Verbo sob a inspiração e a motivação do Espírito Santo. O desígnio salvífico do Pai foi realizado no Filho pela sua encarnação, morte e ressurreição. Toda a humanidade foi resgatada pelo Filho e recebe o dom da salvação mediante a ação do Espírito presente também na Igreja de Cristo. O dom da Igreja ser católica revela-se em seu agir à medida que estabelece a comunhão com Jesus Cristo pela potência do Espírito Santo a fim de que a salvação seja transmitida a toda a humanidade na forma de unidade, participação e comunhão dos povos. Este dom é desenvolvido na forma de tarefa de exercer a catolicidade enquanto Povo sacerdotal imbuído da incumbência de levar a Deus as riquezas espirituais e humanas provenientes de todos os povos, de todas as culturas e de seus valores. Trata-se de exprimir o sentido encarnatório da Igreja no mundo seguindo a dinâmica da encarnação do Verbo. A realização da catolicidade acontece mediante a inculturação do evangelho compreendida em sua dimensão de anúncio-testemunho da boa nova da salvação a partir das matrizes culturais dos povos. Não pode existir confusão entre catolicidade e generalização de costumes e valores. Ao contrário, a Igreja realiza sua missão salvífica ajudando cada cultura a descobrir a boa notícia do evangelho. Por sua vez, a Igreja não limita o seu ser católico nas culturas. Ela é transcendente por ser graça de Deus, podendo mudar sua formulação histórica de acordo com a dinâmica do anúncio e da recepção do evangelho<sup>40</sup>.

(39) CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium* 14-16. Inácio de Antioquia na carta ao povo de Esmirna foi o primeiro a dar a denominação "católica" à Igreja cristã. Sua intenção era explicitar a vocação soteriológica da Igreja: reunir todo o gênero humano. Confira SIMONETTI, M. – PRINZIVALLI, E., *Letteratura cristiana antica (I). Dalle origini al terzo secolo*, Casale Monferrato, PIEMME, 1996, pp. 81-89.

(40) GRUPO MISTO DI LAVORO TRA LA CHIESA CATTOLICA E IL CEC, *Documento di studio su cattolicità e apostolicità*, 1971, EO 1 (1994), 800.

A catolicidade *ad intra* é aquela vivenciada no interior da Igreja por intermédio da concretização dos carismas nas formas de ministérios e serviços ao bem comum. O Espírito Santo fornece às comunidades muitos carismas que se concretizam nos ministérios da Igreja. No interior de cada comunidade particular há uma enorme e rica diversidade de ministérios e de serviços. Esta diversidade não deve ser motivo de desavenças e desunião de cada comunidade, mas realidade que estimula a comunhão e participação ativa de seus membros na edificação de comunidades vivas e evangelizadoras. Também esta mesma diversidade está presente na complexidade da Igreja mundial. Deve-se valorizar as Igrejas particulares, acolhendo e respeitando o modo próprio de cada uma ser Igreja de Cristo no mundo. Promover-se-á também a comunhão das Igrejas particulares em sentido quantitativo que exprima a solidariedade e a fraternidade entre as Igrejas. Este movimento de comunhão expressa a catolicidade em seu sentido profundamente salvífico universal. A diversidade na Igreja deve ser em todos os seus níveis ponto relevante para a realização da autêntica catolicidade: a solidariedade, a fraternidade, a evangelização comum pelo anúncio e pelo testemunho vital<sup>41</sup>.

Outra expressão da catolicidade é a plenitude da verdadeira fé. Trata-se de todos os seus membros acolherem todo o patrimônio da revelação e todos os seus respectivos desenvolvimentos. A ortodoxia é uma manifestação da catolicidade à medida que revela doutrinariamente a verdade integral sobre Deus, Cristo, Espírito, Igreja mediante a orientação e a inspiração do Espírito Santo. A ortodoxia esvazia-se de sentido quando desarticulada da ortopraxia. Esta é a expressão da concretude e a consistência da doutrina<sup>42</sup>.

A catolicidade é também escatológica. A Igreja é uma realidade transcendental pertencente ao mistério trinitário, revelado e inesgotável na história. A realização da catolicidade da Igreja possui efeitos não apenas na história, mas também na eternidade. A expressão plena da universalidade salvífica é fundamentalmente escatológica, dado que ela é anteriormente, um dom de Deus, graça vertical realizada na horizontalidade vital da história<sup>43</sup>.

<sup>(41)</sup> CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium* 14.

<sup>(42)</sup> GRUPO MISTO DI LAVORO TRA LA CHIESA CATTOLICA E IL CEC, *Documento di studio su cattolicità e apostolicità*, 802.

<sup>(43)</sup> GRUPO MISTO DI LAVORO TRA LA CHIESA CATTOLICA E IL CEC, *Documento di studio su cattolicità e apostolicità*, 836-839.

A Igreja exprime a sua catolicidade também em sua ordem jurídica. O direito deve estar a serviço da comunhão eclesial, proporcionando o crescimento das pessoas na liberdade e na caridade e da sua tutela em comunidade ordenada. A promoção do bem das pessoas, a sua atenção e o seu desenvolvimento constituem elementos fundamentais do direito eclesial. Toda norma deve exprimir o consenso comunitário que reflete a maturidade de toda comunidade em função da promoção do bem comum. As normas devem sacralizar as formas institucionais em nome de Cristo. O *sensu Christi* e o bem da *communitas fidelium* constituem-se no critério fundamental de direcionamento do direito no interior das formas históricas da Igreja de Cristo. Por isso, as normas devem zelar especialmente pelas relações sociais e interpessoais da comunidade para que o bem comum seja preservado e promovido constantemente<sup>44</sup>.

A catolicidade da Igreja é também manifestada em sua relação com o Estado enquanto povo sacerdotal que reúne todo o gênero humano. A essência do Estado é promover o bem comum de uma nação. Em sua relação com o Estado, a Igreja é vocacionada a colaborar na edificação de Estados que promovam o bem comum e a dignidade do ser humano. Isto não significa sustentar uma política de cristandade, na qual a Igreja mantinha-se aliada ao Estado, tornando-se elemento de legitimação das ações estatais. A atuação política da Igreja é fundamentalmente profética e sacerdotal. A Igreja mostra-se servidora do Reino na vida concreta das nações, denunciando o pecado historicizado nas injustiças e atrocidades que aniquilam a vida humana. A atuação da Igreja será sempre a de contribuir ética e pastoralmente, por meio de seu ministério profético e sacerdotal, Estados que sejam capazes de edificar um mundo novo, de justiça e fraternidade<sup>45</sup>.

A catolicidade não é uma realidade unicamente sociológica, mas soteriológica. Ela exprime a ação salvífica de Deus acontecendo constantemente na história, nas mais variadas formas que denotam a catolicidade elucidativa de uma realidade eclesial complexa, mistério *absconditus et revelatus* à imagem da Santíssima Trindade.

<sup>(44)</sup> CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* 23-32.

<sup>(45)</sup> CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* 73-76.

## 4.5. A apostolicidade da Igreja: o Povo de Deus é um povo profético

### 4.5.1. Aspectos da apostolicidade

A apostolicidade em perspectiva ecumênica há de ser compreendida a partir da profecia do Povo de Deus que assume a apostolicidade como uma nota característica da Igreja de Cristo presente no mundo, essencial para o cumprimento de sua missão. Entretanto, o caráter popular e amplo da apostolicidade possui um processo histórico que denota evolução acerca desta concepção. Historicamente, a apostolicidade refere-se ao grupo dos Doze apóstolos de Jesus que, juntos, garantem tradicionalmente a relação da comunidade com Jesus (At 1, 21-22). A missão deste grupo é reconhecida em sua ligação com o Cristo ressuscitado<sup>46</sup>, tornando-se o fundamento da pregação evangélica (At 2) e da organização da Igreja (Ap 21, 12-14). Além do aspecto missionário, a apostolicidade possui uma característica de colegialidade, na qual assumem papel especial os presbíteros e os bispos, além do grupo dos doze originariamente presentes no evento de envolvimento desta nota eclesiológica. Assentou-se a idéia de que a verdadeira Igreja e a verdadeira fé coligavam-se a Cristo mediante os apóstolos, testemunhas oculares do seu ensinamento e de sua ressurreição. A afirmação do episcopado no exercício moldal dos apóstolos desembocou na concessão aos bispos de serem os legítimos sucessores dos apóstolos. Esta ligação deu à Igreja a consistência suficiente para combater as posições de deslegitimação da Igreja fundamentada nos apóstolos. Garantiu-se firmemente a Tradição apostólica operacionalizada pela *regula fidei* como aquela que gerou a Escritura a partir da experiência fundante de Cristo em sua totalidade. Do testemunho apostólico acerca da revelação realizada em Cristo surgiu a Escritura, o conteúdo da fé, o *depositum fidei*, zelado, guardado e transmitido pela Igreja, especialmente pelos legítimos sucessores dos apóstolos. A apostolicidade deu à Igreja, a segurança do conteúdo da fé presente na Escritura e a necessidade de sua conseqüente transmissão, formulando a Tradição no bojo da própria vida eclesial, animada e fortalecida pela Escritura e por todo movimento de leitura e re-leitura daí decorrente<sup>47</sup>.

<sup>(46)</sup> Mt 28, 18-20; Mc 16, 15-16; Lc 24, 44-49; Jo 20, 21-23.

<sup>(47)</sup> CERETI, G., *Per un'Ecclesiologia Ecumenica*, pp. 153-154. SULLIVAN, F., *The Church We Believe In: One, Holy, Catholic and Apostolic*, New York, Paulist Press, 1988, pp. 153-184.

A apostolicidade possui quatro aspectos fundamentais que lhe são constituintes: a sucessão apostólica, a doutrina apostólica, a identidade da Igreja mediante a apostolicidade e a escatologicidade como elemento de explicitação da pertença da Igreja ao mistério trinitário.

A sucessão apostólica diz respeito à continuidade da Tradição originária da Igreja, a experiência dos apóstolos acerca do Verbo encarnado, morto e ressuscitado dos mortos, presente na comunidade na forma de memória, memorial e compromisso com a evangelização. Continuar esta experiência significa honrar a presença atual do Ressuscitado na comunidade crente. A Igreja adquire vivacidade dinâmica que a coloca como verdadeira Igreja de Cristo, realidade complexa, presente no mundo para dar testemunho da verdade. Indubitavelmente, coube aos bispos— desde a antigüidade — a sucessão apostólica, continuando o exercício profético, pastoral e sacerdotal dos apóstolos à luz da profecia, do pastoreio e do sacerdócio de Cristo. Animar a comunidade local, pregar a Palavra de Deus e da Igreja, ministrar o sacrifício eucarístico, servir os irmãos necessitados eram tarefas apostólicas. Aos sucessores também foi destinada a tarefa de fundar comunidade — tal como fora efetuada pelos apóstolos quando vivos — como maneira de manter viva a tradição instaurada. A emergência de novas comunidades proporcionou a comunhão das Igrejas, cujo sentido original possuía uma qualidade soteriológica. Tratava-se da presença da única Igreja de Cristo historicamente presente de diversas maneiras. No bojo da comunhão eclesial, encontra-se a colegialidade episcopal. Os bispos são legítimos sucessores dos apóstolos dentro do clima comunitário de colegialidade. A colegialidade episcopal deve exprimir a comunhão das Igrejas particulares e a valorização das peculiaridades de cada Igreja. O centro da unidade do colégio é o sucessor de Pedro, cuja sede atualmente encontra-se em Roma, assumindo esta cidade um caráter materno em relação a todas as outras Igrejas<sup>48</sup>.

A doutrina apostólica é aquela adquirida pelos apóstolos na experiência originária do acontecimento vida, morte e ressurreição de Cristo, desenvolvida formalmente pelos sucessores dos apóstolos e pelas comunidades cristãs ao longo da história da Igreja. Os sucessores

---

(48) À semelhança do sucessor de Pedro, a Igreja de Roma assume a tarefa de ser a promotora e o centro de unidade das Igrejas cristãs a partir da diversidade de cada Igreja local e do paradigma da alteridade que proporciona a comunhão em meio às diferenças eclesiais. A maior razão desta função da Igreja é a sua fundamentação no próprio ministério petrino, cuja essência é a promoção da unidade da Igreja.

dos apóstolos possuem a excelente missão de guardar o *depositum fidei* por meio da operacionalidade da *regula fidei*, elemento regulador da doutrina transmitida e assimilada em virtude da manutenção e da promoção da unidade da Igreja. Esta doutrina transmitida e zelada deve ser fator que promove a comunhão entre todas as Igrejas cristãs. O básico do conteúdo da fé apostólica, testemunhada na Escritura deve proporcionar a comunhão eclesial em sua totalidade<sup>49</sup>.

A identidade da Igreja mediante a apostolicidade foi concretizada fundamentalmente pela pregação da palavra que proporcionou a emergência de uma pluralidade teológica e espiritual. A palavra proclamada e devidamente interpretada foi desenvolvida na Igreja, mas defrontou-se diante do problema da sua regulamentação enquanto conteúdo imbuído de valor soteriológico. A apostolicidade tomou historicamente o caminho de assegurar a veracidade da palavra por meio da *regula fidei* que permitiu aos membros da Igreja, partirem da Escritura, como conteúdo fundante da fé e desenvolverem formas interpretativas autenticamente explicitantes do *sensus fidei* em favor do bem e da edificação da *communitas fidelium*. Esta identidade da Igreja adquirida pela operacionalização da regra e do sentido da fé, dá à Igreja um caráter indefectível que a torna cada vez mais corpo de Cristo, presente no mundo para reunir todo o gênero humano<sup>50</sup>.

O último aspecto da apostolicidade é a escatologia compreendida como um horizonte que explicita o futuro eterno da Igreja a partir da sua historicidade presente. O centro da apostolicidade é fazer com que a palavra seja viva, cortante e eficaz, com capacidade de suscitar a esperança vital diante das situações de morte prematura. A escatologicidade do ser apostólico é demonstrada na fidelidade da fé que detecta a irrupção do Reino na história, a certeza de sua vitória diante da força do pecado e a experiência do Espírito de vida e santidade na história. Portanto, a escatologia na apostolicidade será o elemento vital que proporcionará a dinamicidade da esperança como categoria de

(49) COMMISSIONE CONGIUNTA CATTOLICA ROMANA – EVANGELICA LUTERANA, *Il ministero pastorale nella Chiesa* 1981, *EO 1* (1994), 1496-1500; COMMISSIONE MISTA CHIESA CATTOLICA – CONSIGLIO METODISTA MONDIALE, *Rapporto di Dublino*, 1976, *EO 1* (1994), 2090; COMMISSIONE DI STUDIO EVANGELICA LUTERANA – CATTOLICA ROMANA, *Il Vangelo e la Chiesa*, 1972, *EO 1* (1994), 1184.

(50) COMMISSIONE CONGIUNTA CHIESA CATTOLICA – CONSIGLIO METODISTA MONDIALE, *La tradizione apostolica*, 2036.

animação, de entusiasmo e de alegria de todos o membros na realização da missão eclesial de servir o Reino de Deus neste mundo<sup>51</sup>.

#### 4.5.2. A apostolicidade presente no ofício profético de todo o Povo de Deus

A apostolicidade caracteriza-se pela evangelização, compreendida em sua dupla dimensão de anúncio e testemunho de fé cristã. O Povo de Deus é apostólico em função da herança recebida dos apóstolos e em função de sua missão evangelizadora de fermentar o Reino de Deus na história através de seus gestos libertadores. Eleito por Deus e receptor desta missão que fora dada pelo próprio Deus, este Povo é profético em sentido coletivo e constituído de profetas em sentido individual. A profecia é uma realidade carismática<sup>52</sup> denotante do conhecimento do profeta como pessoa e como comunidade, acerca do mistério divino. O profeta e a comunidade profética são iluminados pelo Espírito para em seu anúncio da Palavra libertadora, denunciar o pecado no mundo, anunciar a possibilidade de uma vida nova, transformada segundo o desígnio salvífico de Deus e dar testemunho da vitória da vida sobre a morte.

A profecia requer o discernimento dos espíritos pairantes na comunidade e que possam apenas aparentar o rosto do verdadeiro Espírito de Deus. O critério fundamental da presença do verdadeiro espírito profético na comunidade é a comunhão. O Espírito que sopra o carisma da profecia na comunidade e que suscita carismas individuais em seus membros é o Espírito da pericórese intra-trinitária<sup>53</sup>. Este

(51) GRUPO MISTO DI LAVORO TRA LA CHIESA CATTOLICA E IL CEC, *Documento di studio su Cattolicità e Apostolicità*, 1971, EO 1 (1994), 803-808.

(52) O carisma é teologicamente dom do Espírito Santo que toma corpo no ministério eclesial em favor da promoção do bem da comunidade. A profecia como realidade carismática é um dom do Espírito que faz brotar a vida e a liberdade no interior da humanidade. A comunidade profética exerce o seu carisma na forma de um ministério de denúncia do pecado presente na sociedade que promove a morte dos pobres prematuramente e de anúncio verbal e gestual da construção de uma sociedade alternativa, marcada pela fraternidade, justiça e solidariedade entre as pessoas, sinal concreto e eficaz do Reino de Deus.

(53) BOFF, L., *A Trindade e a sociedade*, Petrópolis, Vozes, 1987, pp. 88-128; STAGLIANÒ, A., *Il mistero del Dio vivente. Per una teologia dell'Assoluto trinitario*, Bologna, Dehoniane, 1996, pp. 240-271; Pericórese é o termo grego que explicita a dinâmica da comunhão entre o Pai, o Filho e o Espírito na eternidade trinitária. Por esta categoria, é possível conceber a Deus como Trino-Uno: três Pessoas divinas, da mesma substância, mas um só Deus, mistério abissal e inesgotável de amor e de ternura.

Espírito proporciona ao profeta a coerência entre sua práxis de fé – *modus vitae* – e a palavra proclamada e, como conseqüência à contraposição sistêmica, a difamação e a perseguição. A firmeza e perseverança no Espírito efetuadas pelo profeta constituem-se em elementos fundamentais para a radicalização da comunhão na comunidade cristã e no interior da humanidade em suas mais diferentes formas históricas<sup>54</sup>.

O exercício do profético da comunhão por parte do Povo de Deus denota a indefectibilidade e a infalibilidade da Igreja. A fé vivenciada na comunidade é antes de tudo, dom de Deus. Ao recebê-la por meio da inteligência, da doxologia e do testemunho, a comunidade efetua um processo gradual de assimilação e desenvolvimento da fé, indicando sua indefectibilidade. O *sensus fidei* toma corpo na recepção da tradição da Igreja que dinamiza a fé de uma maneira própria, efetuando o *consensus fidelium*, resultado do amadurecimento de um processo de desenvolvimento formal do conteúdo originário da fé cristã. Reconhece-se a indefectibilidade da Igreja e sua infalibilidade, resultantes de uma dinâmica comunitária marcada pela recepção, pelo diálogo e pela criatividade no ato de desenvolver o conteúdo da fé. Em todo este processo prevalece a presença da vitalidade da Escritura, a dinamicidade dos símbolos da fé e a sucessão apostólica, as quais dão consistência à profecia eclesial de sustentação da apostolicidade da Igreja<sup>55</sup>.

Os sujeitos do exercício profético do Povo de Deus são os leigos, os teólogos, os bispos e o magistério papal. Os leigos possuem pelo batismo o sacerdócio comum que os torna membros da Igreja de Cristo, imbuídos da missão de realizar a unidade do gênero humano. Para isto, escutam a palavra, celebram a eucaristia sob a presidência do ministro ordenado, proclamam profeticamente a Palavra ouvida, buscam estabelecer relações fraternas e inserem-se na sociedade para transformá-la em verdadeiro sinal do Reino de Deus. Os teólogos são membros da Igreja de Cristo que possuem a incumbência de formular sistematicamente a *ratio fidei*, como conseqüência do desenvolvimento feito acerca do *intellectus fidei*, a intuição originária de todo saber teológico. Eles articulam as fontes do conhecimento teológico com o lugar teológico. Aquelas são relidas à luz deste e vice-versa. No processo da releitura emergem o *novum* próprio da teologia que

<sup>(54)</sup> CERETI, G., *Per un'Ecclesiologia Ecumenica*, pp. 161-166.

<sup>(55)</sup> CERETI, G., *Per un'Ecclesiologia Ecumenica*, pp. 166-168; KÜNG, H., *Theologie im Aufbruch*, pp. 67-85; DE LUBAC, H., *L'Écriture dans la Tradition*, pp. 11-113.

proporciona nova compreensão de Deus e de seus derivados, e o impulso à continuidade da missão da Igreja de Cristo na história. O saber teológico produzido em perspectiva ecumênica pressupõe a não absolutização de algum modo de fazer teologia, mas a veracidade de cada um à medida que todos conseguem produzir o bem comum da Igreja de Cristo em suas mais variadas formas históricas. Todos os teólogos de todas as Igrejas cristãs devem ser escutados e todos devem esforçar-se pela constante produção – explicitação – das verdades da fé. Por outro lado, buscar-se-ão os teólogos *consensus fidei* como resultado de reflexões, estudos e esforços realizados em conjunto. Indubitavelmente a possibilidade de tensão entre a teologia e a «Igreja institucional» é uma realidade. Esta tensão não poderá ser um obstáculo insuperável à concretização da autêntica *oikoumene* eclesial, mas elemento relevante para que a Igreja de Cristo presente na história em sua totalidade descubra cada vez mais a sua função e a sua missão no mundo. Os Bispos são os sucessores dos apóstolos que coordenam, animam, pastoreiam e ensinam os fiéis das Igrejas locais. Os Bispos são também fiéis que devem escutar esta Palavra e a fé da comunidade na qual estão inseridos. A palavra de um Bispo não é infalível por si mesma, mas incrementa a infalibilidade da Igreja por meio do *consensus fidei* buscado em comunhão com todo o Povo de Deus. Outro meio de exercício da infalibilidade da Igreja é a comunhão dos Bispos com o Papa em forma de colegialidade episcopal, a qual explicita profeticamente o ofício essencial dos sucessores dos apóstolos e seu serviço à Palavra de Deus e à totalidade da Igreja<sup>56</sup>. O Magistério papal enquanto sujeito do ofício profético do Povo de Deus, possui a tarefa de coordenar o colégio episcopal, de valorizar a palavra de todos os membros da Igreja e de promover a unidade eclesial nas diferentes circunstâncias e necessidades históricas. O Papa é o primaz do colégio episcopal e sua Igreja local é a mãe de todas as outras Igrejas locais. Ele zela pela comunhão dos Bispos e, conseqüentemente, das Igrejas locais entre si. Sua palavra por meio das audiências, dos documentos, das homilias e outros eventos tem por objetivo contribuir eficazmente na reunião de todo o gênero humano. Em seu serviço, o Papa revela a sua infalibilidade ligada profundamente à infalibilidade e indefectibilidade da Igreja na condição de explicitar um ensinamento magisterial capaz de promover o bem da humanidade<sup>57</sup>.

<sup>(56)</sup> CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a divina Revelação *Dei Verbum* 10, AAS 58 (1966), pp. 817-836; IDEM, Constituição Dogmática *Lumen Gentium* 25; IDEM, Decreto sobre o ofício pastoral dos Bispos na Igreja *Christus Dominus* 12-13, AAS 58 (1966), pp. 673-696.

<sup>(57)</sup> CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium* 18-39.

## 5. DESAFIOS À ECLESIOLOGIA ECUMÊNICA

A eclesiologia ecumênica possui seis desafios referentes à redescoberta da essencialidade missionária da Igreja de Cristo. O primeiro diz respeito à interpretação das fórmulas dogmáticas que proporcionem a elaboração de uma autêntica eclesiologia ecumênica. Isto implica que a Escritura, a Tradição, o Magistério estão profundamente relacionados e que tal relação deve ser marcada pelo correto uso da filologia capaz de permitir o exame apropriado da letra de cada uma das fontes, da história proporcionante da apreensão do correto *Sitz im Leben* dos textos fontais e do dogma, expressão adequada da fé para salvaguardar o *depositum fidei* que dá consistência doutrinal à Igreja de Cristo. A apropriação destes instrumentos exige fidelidade ao passado – para assentar-se na originalidade querigmática dos apóstolos, da Igreja apostólica, subapostólica e pós-apostólica –, ao presente – que permite o confronto com a comunidade local da atualidade em vista da comunhão de todas as comunidades – e ao futuro – propiciador de elementos escatológicos denotantes da utopia do Reino de Deus.

O segundo desafio é efetuar um ensinamento moral que explicita a Igreja como "perita em humanidade". A Igreja mostrará a sua autoridade à medida que formar uma consciência dos crentes impulsionadora da práxis efetivamente voltada para o bem comum. Isto implica formar pessoas solidárias, preocupadas alterativamente com os outros e atuantes na sociedade para a realização da justiça e da paz. Para formar pessoas solidárias, a Igreja deve articular os ensinamentos do evangelho, compreendidos a partir da transcendentalidade da própria boa nova de Deus, com a razão natural do homem, a qual lhe dá condições de refletir e racionalizar o mistério exercitando a própria autonomia do ser humano. Nesta articulação, emerge o magistério social da Igreja, capaz de fermentar elementos edificadores de uma nova humanidade.

O terceiro desafio é forjar e concretizar um método de evangelização que denote diálogo e inculturação do evangelho. A apostolicidade requer a evangelização e esta se realiza mediante uma cultura portadora e uma cultura receptora da boa notícia. A inculturação é processo de anúncio e testemunho do evangelho a partir da matriz cultural de quem o recebe. A autêntica inculturação do evangelho admite a pluralidade de culturas, a absolutividade do evangelho e sua necessidade

de penetrar nas culturas produzindo verdadeiramente boa notícia vital para os povos. Efetiva-se a alteridade na relação entre evangelizador e evangelizado por meio do diálogo, do respeito às diferenças e da efetuação da comunhão na diversidade de maneiras de ser de cada um. Produz-se também uma ética vital que normatize e impulse cada cultura a um comportamento moral produtor de vida. A própria Igreja não realiza a inculturação do evangelho quando não é capaz de articular a Palavra evangélica com a práxis libertadora e propiciadora de vida em abundância.

O quarto desafio é estabelecer uma relação entre a Igreja universal e a Igreja local marcada pela elevação da respectiva identidade de cada uma delas. A Igreja universal não é uma adição das Igrejas locais, mas a expressão soteriológica da Igreja de Cristo nas mais diferentes realidades. Sua representatividade corporal é a Igreja centro, mãe de todas as Igrejas, cujo papel é promover a unidade de todas as Igrejas locais, sustentar a catolicidade cristã, sua apostolicidade em cada contexto vital e demonstrar a santidade da Igreja de Cristo por meio de seu testemunho histórico de fé. A Igreja universal não deve se opor e nem se impor às Igrejas locais, mas impulsioná-las ao cumprimento da missão eclesial de anunciar e testemunhar o evangelho. Por sua vez, a Igreja local, exprime a universalidade eclesial por meio da operacionalidade da *regula fidei* comum a todas as Igrejas, articulando-a com a sua especificidade – fruto da comunhão entre seus membros – e voluntariedade de cada um em vista da edificação da identidade eclesial particular. A Igreja local é autônoma, possui caráter próprio, mas não é um gueto eclesial. Ela está ligada com as outras Igrejas e com a Igreja mãe, em um constante movimento dialético de comunhão, pelo qual se efetua a interação, a complementaridade e o enriquecimento axiológico mútuo, proveniente da real experiência de comunhão.

O quinto desafio é a identificação do ministério ordenado como um ministério de comunhão. O ministro ordenado é essencialmente o promotor da unidade da comunidade local. Seu poder adquirido na ordenação não pode ser concebido fora do âmbito do serviço comunitário. Ele deve ser capaz de promover as individualidades ministeriais convergindo-as na edificação do bem comum, da vida das pessoas, proporcionando-lhes uma autêntica vivência da *koinonia* eclesial e social. As funções de coordenar, ensinar e presidir as celebrações do mistério cristão não devem promover o "status quo" do ministro ordenado, mas engrandecer o seu espírito servicial e comunitário.

O sexto desafio está relacionado à comunhão entre as Igrejas locais. A monarquia absoluta e a submissão não promovem a *oikoumene* pertencente à essência da apostolicidade da Igreja. A estrutura de colegiado promove a identidade particular de cada Igreja, referendada na centralidade da Igreja mãe, capaz de convergir em si laços comunitários entre as Igrejas. Trata-se de uma estrutura que salvaguarda o *consensus fidelium* como expressão maior do *sensus fidei* da Igreja de Cristo peregrina no mundo. O colegiado não é uma somatória de opiniões particulares, mas o resultado do diálogo, do exercício da verbalização e da escuta da palavra. Cabe ao Bispo da Igreja mãe ser o canalizador das posições particulares de cada Igreja a fim de que se elabore o consenso que gera o bem comum. Este Bispo exerce o primado na formação de um serviço de comunhão à totalidade da Igreja de Cristo, por meio da promoção da comunhão de todas as formas históricas desta mesma Igreja.

## 6. PONTOS CONCLUSIVOS

Ao término deste escrito, impõe-se a necessidade de verificar a realização do objetivo proposto inicialmente. Pretendeu-se elaborar uma teologia da Igreja em perspectiva ecumênica, compreendendo o ecumenismo como um horizonte transversal em todo o tratado eclesiológico cristão. Definiu-se a eclesiologia ecumênica, denotando o significado de cada um dos termos separada e articuladamente e explicitando as diferentes tentativas de elaboração de uma eclesiologia ecumênica nos âmbitos protestante e católico. Ao assumir a preponderância do ecumenismo como perspectiva, desenvolveu-se a concepção de Igreja como mistério e as notas tradicionais da Igreja, proporcionando um movimento dialético entre a Tradição da fé e as suas urgências atuais, capaz de demonstrar o *novum* da fé cristã. Optou-se por defrontar-se e assumir os desafios de uma eclesiologia ecumênica, abrindo um caminho possível de que esta formulação eclesiológica é utopia concreta em realização e constituída de *devir* denotando da unidade dos cristãos como elemento fundamental propiciador para a reunião de todo o gênero humano.

1. A eclesiologia ecumênica é uma reflexão teológica sobre a Igreja que possui a unidade dos cristãos como perspectiva com a finalidade de se cumprir a missão essencial da

Igreja no mundo: ser sacramento de salvação universal, reunindo todo o gênero humano. Ao longo da história, dois modelos eclesiológicos sobressaíram: o apologético e o comunitário. Este último propicia desenvolver a perspectiva ecumênica na eclesiologia, porque possibilita a realização de um *ethos* comunitário no interior da consciência cristã a fim de que a missão da Igreja seja autenticamente honrada.

2. As tentativas de produção de uma eclesiologia ecumênica indicam a necessidade do anseio presente em todos os âmbitos do cristianismo. Elas apresentam a pretensão de promover a unidade dos cristãos, pressupondo a Igreja de Cristo como uma realidade complexa marcada pela santidade, unidade, catolicidade e apostolicidade em sua totalidade. Constata-se ser a fé – compreendida no horizonte do absoluto – e a ética campos fundamentais e preponderantes para a edificação da *oikoumene*.
3. A Igreja de Cristo é um mistério inserido no mistério trinitário, constituído de relações pericoréticas entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Este mistério é concretizado na história na condição de Povo de Deus, peregrino na história para reunir todo o gênero humano. Este povo é profético, ministerial, vocacionado à comunhão e à evangelização de todos os povos.
4. A eclesiologia ecumênica é desenvolvida no interior das notas tradicionais da Igreja. A unidade é realizada pela comunhão entre as diferentes formulações históricas da Igreja de Cristo. A alteridade é categoria fundamental para estabelecer a unidade na forma de *koinonia*. Por meio desta categoria, as Igrejas respeitam-se, aproximam-se, responsabilizam-se umas pelas outras e estabelecem relações de solidariedade em vista do bem comum de toda a humanidade. A catolicidade exprime o caráter soteriológico da Igreja, compreendida como sacramento de salvação universal. Ser católica significa acolher a salvação de Deus realizada plenamente em Jesus Cristo e dinamizada pelo Espírito Santo. A santidade é efetuada pela peregrinação do Povo de Deus na história, edificando sinais autênticos do Reino de Deus mediante a construção

de sociedades justas, fraternas, de culturas solidárias, de pessoas solidárias e de formulações eclesiais comunitárias, alterativas e abertas ao *novum* de Deus. A apostolicidade expressa a raiz apostólica da Igreja de Cristo e sua essencialidade querigmática. A comunhão com toda a Tradição cristã, o anúncio e o testemunho da fé, realizados sem proselitismo, sem absolutização de qualquer formulação histórica e com o espírito de abertura e de busca de concretização do *novum* de Deus, manifestam um verdadeiro caminho para a edificação da *oikoumene*.

5. Os desafios acima apresentados – a correta formulação doutrinária isenta de discriminações e menosprezos confessionais, o anúncio inculturado do evangelho, a comunhão entre Igreja local e Igreja universal, a elaboração de um ensinamento ético-moral em todo o cristianismo capaz de ajudar na edificação de mundo melhor, a efetuação do ministério ordenado como produtor da unidade – denotam que o caminho para a *oikoumene* já foi aberto e está se realizando. Torna-se necessário aniquilar todo tipo de absolutização de formulações históricas, de práticas sectaristas e de omissão histórica diante das urgências sócio-antropológicas que são colocadas à fé cristã. Necessita-se levar a cabo a categoria *alteridade*, denotante do respeito e da responsabilidade pelo Outro. Pela alteridade, os cristãos das diferentes formulações históricas podem estabelecer laços de comunhão e de solidariedade que explicitem a unidade de toda a Igreja de Cristo, realidade complexa, constituída das dimensões histórica e escatológica. Assim sendo, a Igreja de Cristo, presente na história como Povo de Deus peregrino está servindo o Reino de Deus: o reino da liberdade, da justiça, da paz, da verdadeira *oikoumene* de Deus.

***O Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves é Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, Professor de Teologia Sistemática e Antropologia Teológica no ITCR da PUC-Campinas, Professor convidado da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, SP e Diretor do ITCR. e-mail: paselogo@widesoft.com.br***